

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.644.123 - BA (2019/0383358-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : FERNANDA MAGALHÃES MARTINS DE QUEIROZ
ADVOGADOS : WAGNER DUARTE CARNEIRO VILELA - BA021267
DANIELLE MASCARENHAS LEAL - BA027981
ANDRÉ ALMEIDA MATOS DE OLIVEIRA PINTO - BA024950
JOSÉ CÂNDIDO DOS SANTOS - BA047148
MAX CARDOSO CAMPOS - BA039714
AGRAVADO : EDUARDO SANTOS QUEIROZ
AGRAVADO : JURACY DOS SANTOS QUEIROZ
AGRAVADO : MARIA SOLANGE QUEIROZ CARDOSO ANTUNES
ADVOGADO : ACHIBALDO NUNES DOS SANTOS - BA014389
AGRAVADO : IVAMBERGUE OLIVEIRA RIBEIRO
ADVOGADO : JORGE ANTONIO DOS SANTOS ZUZA - BA043168

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por FERNANDA MAGALHÃES MARTINS DE QUEIROZ, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de FERNANDA MAGALHÃES MARTINS DE QUEIROZ, a parte Recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 18/04/2018, sendo o recurso especial interposto somente em 15/05/2018.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.029, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

A propósito, nos termos do § 6º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o que impossibilita a regularização posterior.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas

Superior Tribunal de Justiça

instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente